



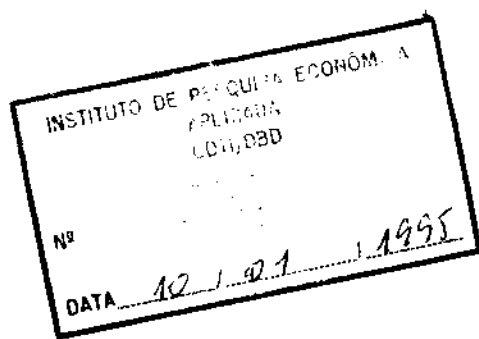
TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 353

## **A Natureza e o Funcionamento do Mercado de Trabalho Brasileiro desde 1980**

Edward Amadeo  
José Márcio Camargo  
Gustavo Gonzaga  
Ricardo Barros  
Rosane Mendonça

OUTUBRO DE 1994





## Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA  
é uma Fundação vinculada à Secretaria de  
Planejamento, Orçamento e Coordenação.

### **PRESIDENTE**

Aspásia Brasileiro Alcântara de Camargo

### **DIRETOR EXECUTIVO**

Antonio José Guerra

### **DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

Adilmar Ferreira Martins

### **DIRETOR DE PESQUISA**

Claudio Monteiro Considera

### **DIRETOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Luis Fernando Tironi

### **DIRETORA DE POLÍTICA SOCIAL**

Anna Maria Tibúrcio Medeiros Peliano

### **DIRETOR DO CENDEC**

Adroaldo Quintela

TEXTO PARA DISCUSSÃO tem o objetivo de divulgar  
resultados de estudos desenvolvidos no IPEA, informando  
profissionais especializados e recolhendo sugestões.

### **REPROGRAFIA**

Eurico Pereira

Edson Soares

Tiragem: 150 exemplares

### **SERVIÇO EDITORIAL**

#### **Brasília - DF:**

SBS. Q. 1, Bl. J, Ed. BNDES - 10º andar

CEP 70.078-900

#### **Rio de Janeiro - RJ:**

Av. Presidente Antônio Carlos, 51 - 14º andar

CEP 20.020-010

# SUMÁRIO

---

## 1. INTRODUÇÃO

## 2.A. ABSORÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

2.A.1. Emprego

2.A.2. Desemprego

2.A.3. Taxa de Participação

## 2.B. QUALIDADE DO EMPREGO

2.B.1. Salário

2.B.2. Estrutura Setorial do Emprego

2.B.3. Informalização das Relações de Trabalho

## 3. O COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO DURANTE AS RECESSÕES

3.1. Desemprego

3.2. Informalização

3.3. Ajuste no Setor Industrial

3.4. Desigualdade e Segmentação do Mercado de Trabalho

## 4. FLEXIBILIDADE DO MERCADO DE TRABALHO

## 5. MERCADO DE TRABALHO E GERAÇÃO DA DESIGUALDADE DE RENDA

## 6. CONCLUSÕES

## BIBLIOGRAFIA

---



**A NATUREZA E O FUNCIONAMENTO DO MERCADO  
DE TRABALHO BRASILEIRO DESDE 1980**

**Edward Amadeo \* \***  
**José Márcio Camargo \***  
**Gustavo Gonzaga \***  
**Ricardo Barros \*\***  
**Rosane Mendonça \*\*\***

\* Da PUC-RJ.

\*\* Do IPEA/DIPES.

\*\*\* Bolsista ANPEC.

---

## 1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho investigamos, empiricamente, o comportamento do mercado de trabalho brasileiro desde 1980, assim como algumas de suas principais características estruturais. O principal objetivo é determinar em que medida o comportamento e a natureza do mercado de trabalho brasileiro se assemelham ao que se deveria esperar de um mercado competitivo. Em particular, buscamos, com base no comportamento observado do mercado de trabalho brasileiro desde 1980, determinar: a) em que medida este se caracteriza como uma instituição capaz de gerar uma alocação eficiente para a força de trabalho brasileira; e b) qual o seu papel na geração da elevada e crescente desigualdade de renda observada no Brasil.

O trabalho encontra-se dividido em seis seções. Na Seção 2, investigamos a capacidade de absorção de mão-de-obra do mercado de trabalho brasileiro, assim como a qualidade dos postos de trabalho por ele gerado. Na Seção 3, tratamos da sua capacidade de acomodar declínios no nível de atividade econômica, analisando o comportamento do desemprego e do nível salarial durante os períodos recessivos de 1981/83 e 1990/93. Nessa seção, particular atenção será dada à comparação dos mecanismos de ajuste que operam nestes dois períodos. Na Seção 4, investigamos o grau de flexibilidade do mercado de trabalho brasileiro, procurando avaliar tanto o grau de flexibilidade salarial como o grau de flexibilidade alocativa. Na Seção 5, investigamos a conexão entre mercado de trabalho e desigualdade no Brasil. Nessa seção, procuramos determinar em que medida o mercado de trabalho brasileiro funciona como gerador ou apenas revelador de desigualdade. Finalmente, a Seção 6 apresenta as Conclusões.

### 2.A. ABSORÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

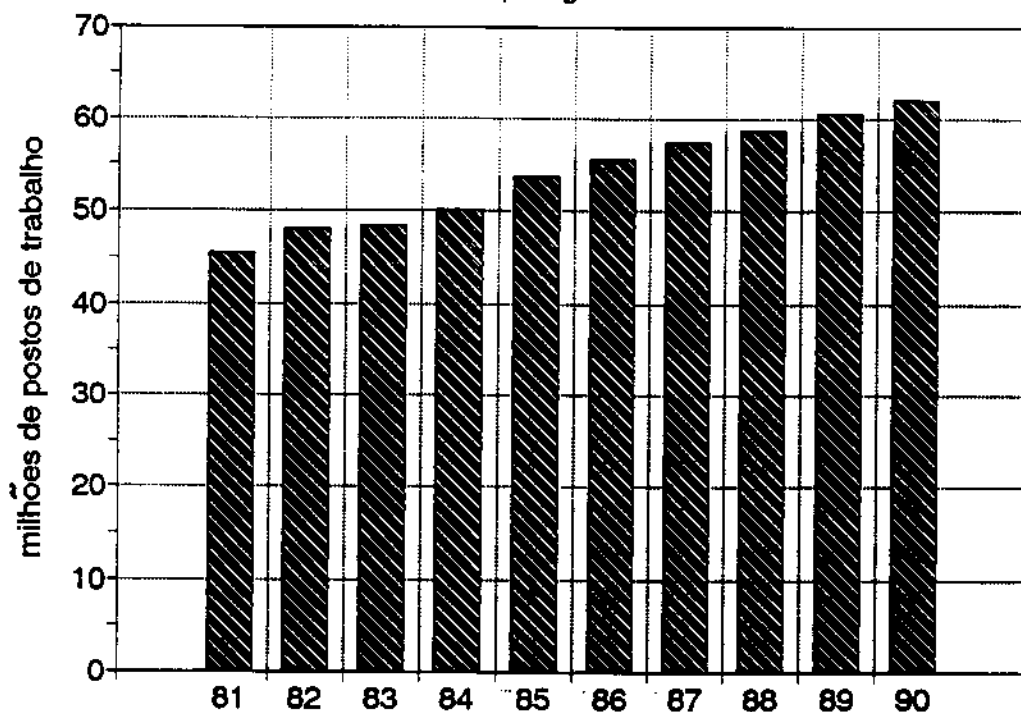
#### 2.A.1. Emprego

Apesar de a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto durante os anos 80 ter sido baixa (em média 1,5% a.a.), a criação de postos de trabalho não foi um problema crítico, exceto em 1983. De fato, conforme o Gráfico 1 revela, o nível de emprego cresceu continuamente ao longo da década de 80 a uma taxa média de 3,5% a.a. (1,85 milhão de novos empregos por ano), sendo consideravelmente superior à taxa de crescimento populacional no mesmo período (2,1% a. a.). Em termos absolutos, a população ocupada cresceu de 45,5 milhões em 1981 para 62,1 milhões em 1990 (veja Gráfico 1). Isto significa que mais de 16 milhões de novos postos de trabalho foram

---

criados, levando a um crescimento de mais de 35% na força de trabalho ocupada durante a década. Este crescimento é, em termos absolutos, maior e, em termos relativos, similar ao crescimento do emprego durante a década de 70. Este fato comprova a grande capacidade de absorção de mão-de-obra do mercado de trabalho brasileiro durante os anos 80, uma vez que a taxa de crescimento do produto nos anos 70 (8,6% a. a.) foi incomparavelmente maior do que aquela dos anos 80 (1,5% a. a.).

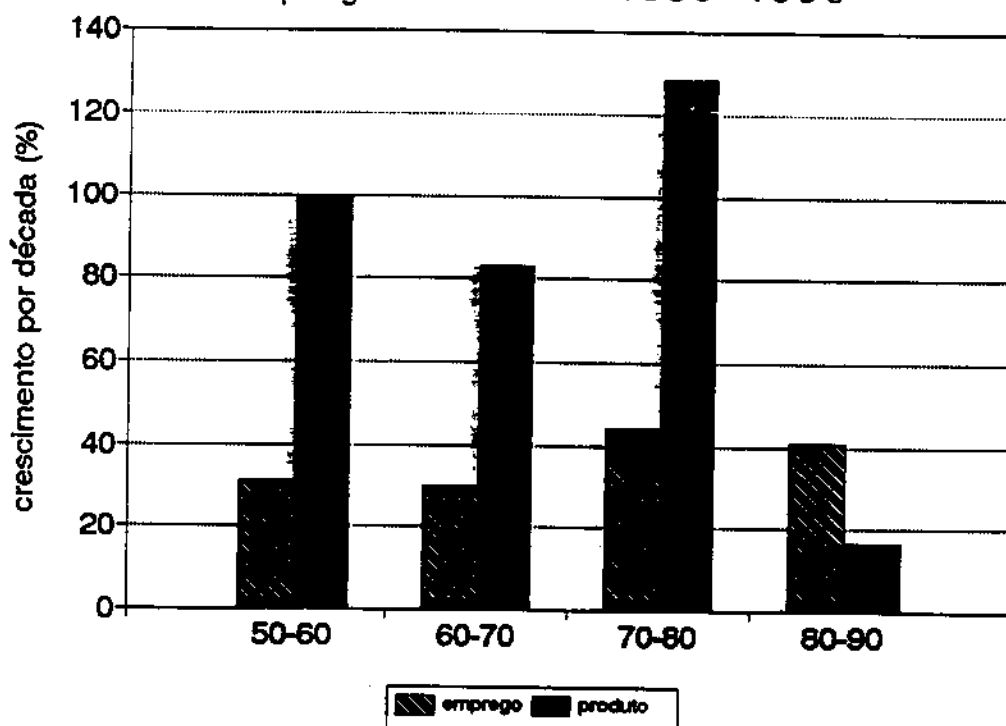
Gráfico 1  
Crescimento do Emprego na Década de 80



A capacidade da economia brasileira de gerar empregos durante a década de 80 é surpreendente não só quando comparada com a década de 70, mas também quando comparada com as décadas anteriores. De fato, enquanto na década de 80 o crescimento no emprego foi de 40%, nas décadas de 50 e 60 o número de postos de trabalho cresceu apenas 30% por década, respectivamente, apesar de as taxas de crescimento médias no PIB (6,5% a.a.) terem sido substancialmente maiores do que a observada nos anos 80 (Gráfico 2).

Evidentemente que a crise do início dos anos 90, em particular em 1990 e 1992, levou, novamente, a que a criação de empregos se tornasse um problema em potencial, da mesma forma como ocorreu no período 1981/83. Entretanto, não existem ainda evidências que permitam identificar a insuficiente geração de empregos no início dos anos 90 como uma questão transitória ou estrutural. O fato concreto é que o volume de empregos cresceu apenas 1,3% a.a.<sup>1</sup> nos três primeiros anos da década de 90, representando um crescimento bastante inferior à média para a década de 80 (3,5% a.a.) e, também, inferior ao crescimento durante o período crítico de 1982/84 (2,5% a.a.).

Gráfico 2: Crescimento do Produto e do Emprego no Brasil – 1950–1990



<sup>1</sup>Dados para a região metropolitana de São Paulo.

## 2.A.2. Desemprego

Como consequência da grande capacidade de absorção de mão-de-obra da economia brasileira durante os anos 80, o nível de desemprego permaneceu baixo durante todo o período, apresentando apenas algumas pequenas flutuações. De fato, apesar de a taxa de desemprego ter aumentado durante o período recessivo, no início dos anos 80, ela nunca chegou a ultrapassar 5% (veja Gráfico 3). Mais precisamente, ao final do período recessivo de 1981/83, a taxa de desemprego atingiu 4,9% ,declinando, rapidamente, para 2,5% em 1986. Após 1986, a taxa de desemprego cresceu novamente e permaneceu entre 3,5 e 4% durante todo o final dos anos 80 (veja Gráfico 3). Relativamente à magnitude das flutuações no PIB, a taxa de desemprego permaneceu bastante estável e baixa durante toda a década de 80. Evidências recentes para as regiões metropolitanas (veja Gráfico 4) indicam que a taxa de desemprego tem crescido continuamente ao longo dos anos 90, atingindo, em 1992, níveis quase similares àqueles para o período 1983/84, corroborando, portanto, a hipótese de que o mercado de trabalho brasileiro enfrenta uma crescente dificuldade em absorver mão-de-obra.

Gráfico 3  
Taxa de Desemprego Aberto

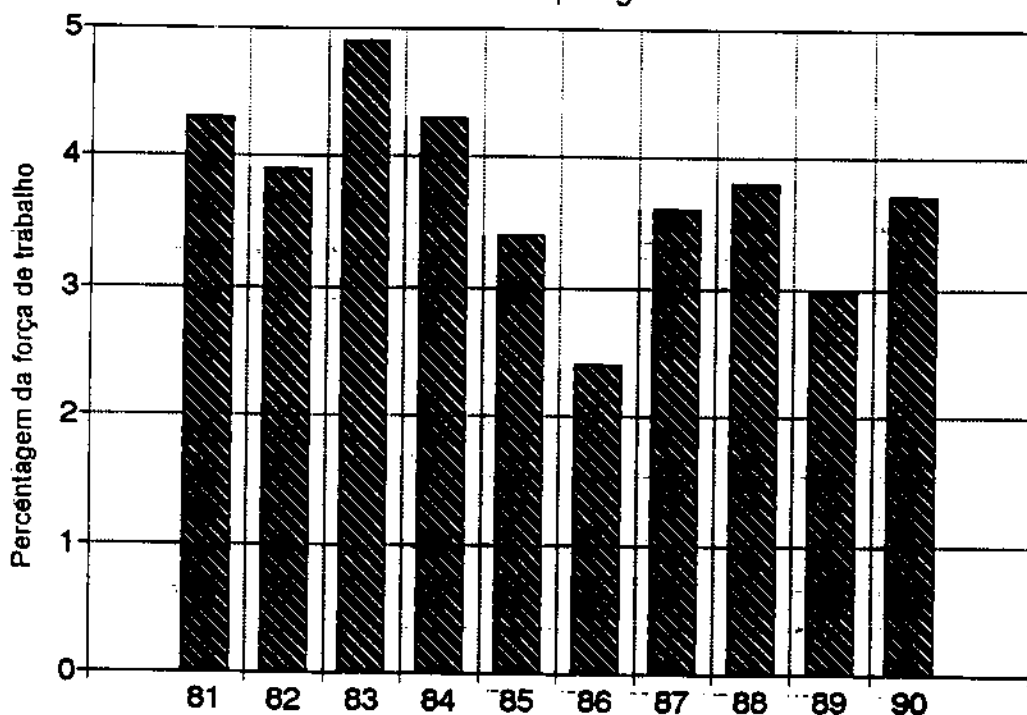
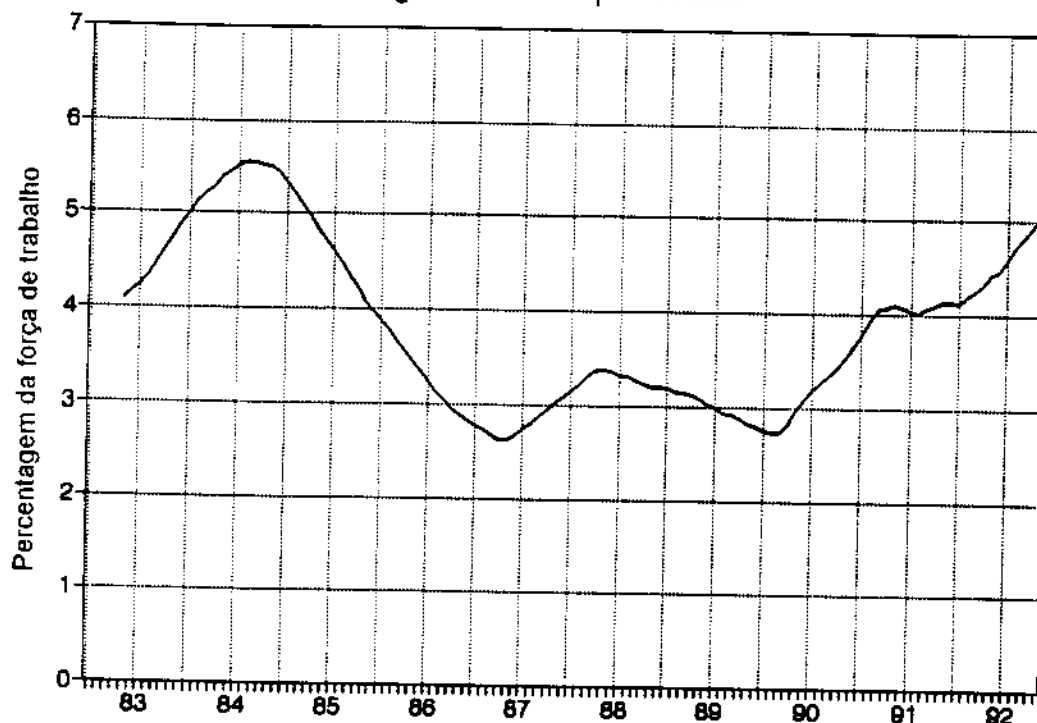




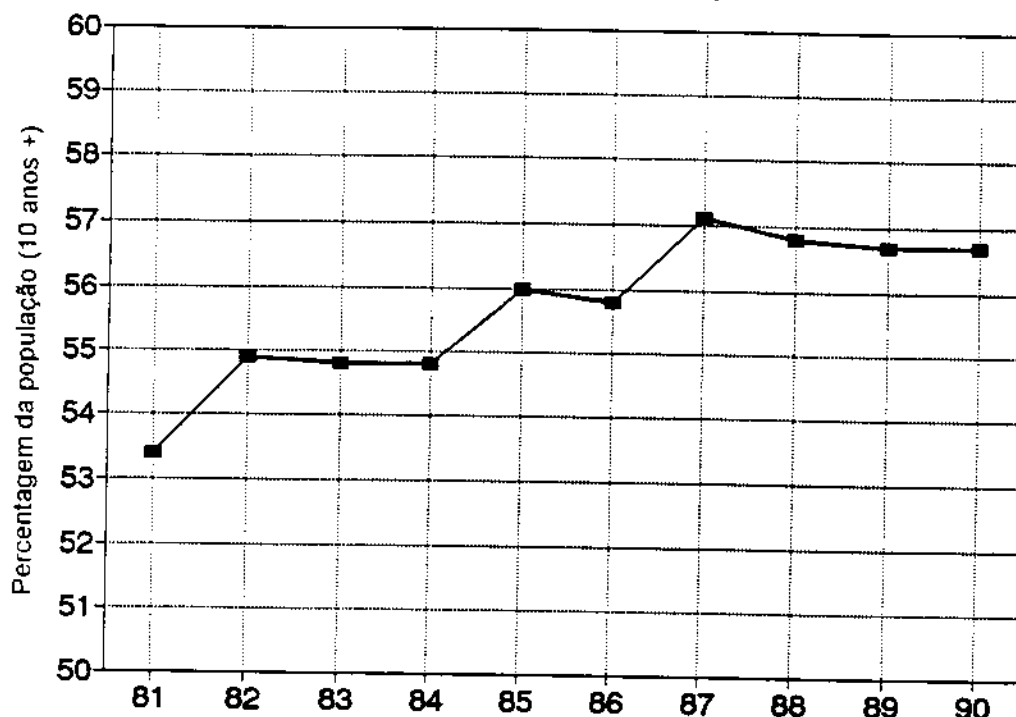
Gráfico 4: Taxa de Desemprego Aberto  
Regiões Metropolitanas



### 2.A.3. Taxa de Participação

O crescimento lento do produto ao longo dos anos 80 deveria ter desencorajado a participação no mercado de trabalho de alguns segmentos da população, levando, portanto, a uma estagnação ou mesmo queda na proporção da população adulta que participa no mercado de trabalho. No entanto, tal fato não ocorreu, evidenciando mais uma vez a excepcional capacidade de absorção de mão-de-obra da economia brasileira na década de 80. De fato, durante este período a taxa de participação no mercado de trabalho no início cresceu continuamente de 1979 a 1987, permanecendo, a partir daí, praticamente constante até o final da década (veja Gráfico 5). Este fato levou a que a taxa de participação fosse três pontos percentuais mais elevada em 1990 do que em 1979, mostrando que, apesar do baixo crescimento do produto, o volume de empregos gerados foi suficientemente elevado não só para manter a taxa de desemprego baixa, mas, também, para suportar um crescimento significativo na taxa de participação.

Gráfico 5: Taxa de Participação no Mercado de Trabalho



Em suma, apesar da falta de um crescimento significativo do produto durante os anos 80, o emprego cresceu a uma taxa média de 3,5% a. a., a taxa de desemprego permaneceu abaixo de 5% e a taxa de participação na força de trabalho cresceu continuamente ao longo de grande parte da década. Assim, as dificuldades econômicas e as acentuadas flutuações no nível de atividade nos anos 80 não parecem ter sido suficientes para tornar a criação de postos de trabalho em um problema significativo durante a década passada. As evidências existentes para a década de 90 não permitem concluir se a geração de emprego será ou não um problema importante durante este período.

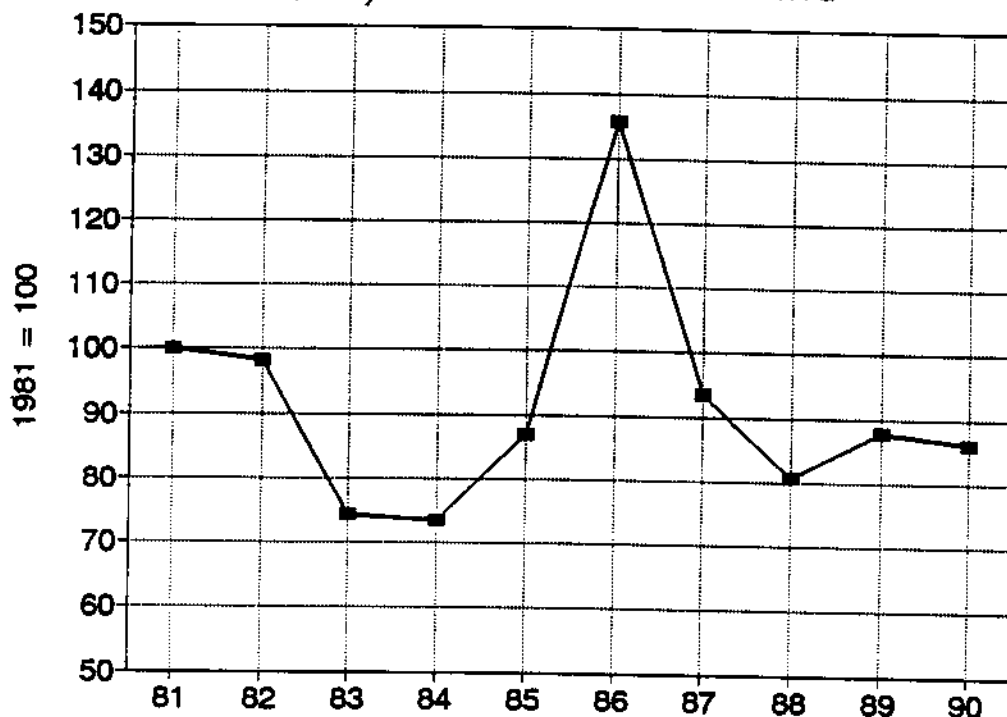
## 2.B. QUALIDADE DO EMPREGO

A baixa taxa de desemprego e a crescente taxa de participação na força de trabalho, a despeito do baixo e instável crescimento do PIB durante os anos 80, são uma indicação de que o problema do emprego no Brasil neste período pode estar relacionado à qualidade ao invés da quantidade dos postos de trabalho ofertados. Com o objetivo de investigar esta hipótese, consideramos a evolução dos salários, da estrutura do emprego e do grau de informalidade ao longo do período.

### 2.B.1. Salário

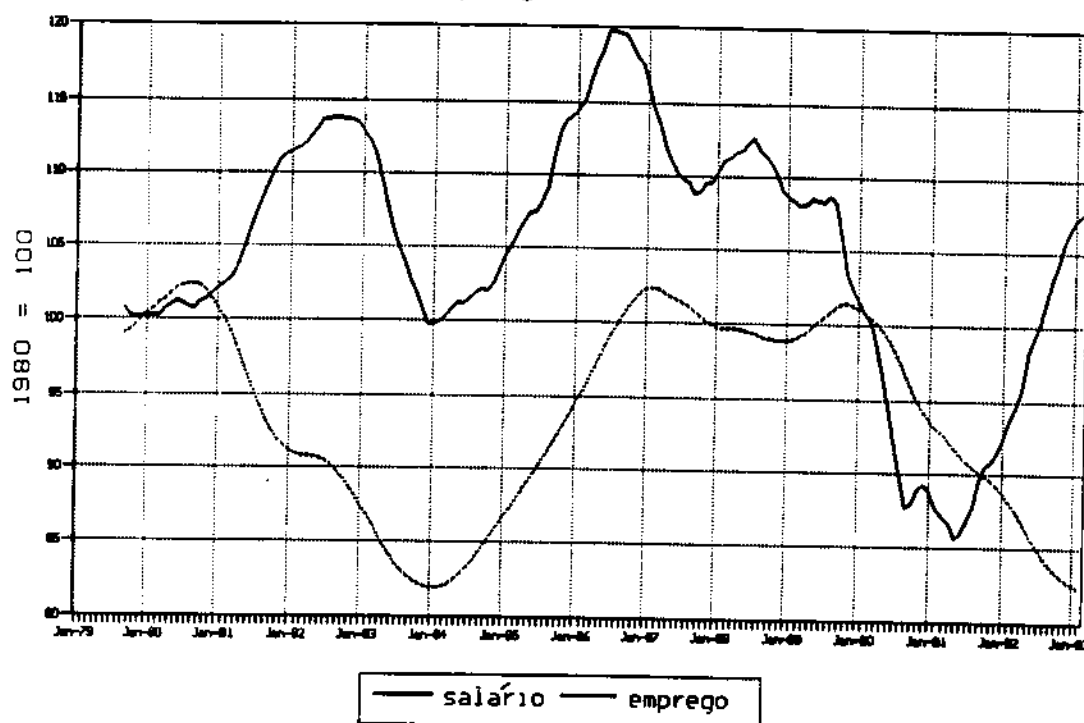
O fato de que o emprego na década de 80 cresceu a uma taxa substancialmente maior do que o produto levou a uma queda de cerca de 17% na produtividade (PIB por trabalhador). Assim, se o mercado de trabalho se comportasse minimamente de forma competitiva, os salários deveriam ter declinado de uma magnitude similar. O Gráfico 6 corrobora esta hipótese na medida em que revela que os salários eram, em setembro de 1990, 14% menores do que em setembro de 1981. É importante realçar, no entanto, que este declínio dos salários não foi monotônico. A evolução temporal dos salários, ao longo da década de 80, seguiu as oscilações no produto sobreposta a uma tendência de queda, que era necessária para acomodar um crescimento na força de trabalho consideravelmente maior do que o lento crescimento no produto que caracterizou a década de 80.

Gráfico 6: Evolução da Renda Média da População Economicamente Ativa



Informações recentes sobre a evolução dos salários na indústria em São Paulo (veja Gráfico 7) indicam uma recuperação acelerada no nível salarial a partir de meados de 1991, levando a que os salários no início de 1993 já fossem superiores àqueles do início da década de 90. Não se sabe em que medida esta recuperação salarial foi generalizada, atingindo os diversos setores e regiões do país. Além disso, esta recuperação dos salários é surpreendente na medida em que não foi acompanhada de um concomitante crescimento no nível de emprego (veja Gráfico 7).

Gráfico 7: Evolução do Nível Salarial e do Emprego – São Paulo



### 2.B.2. Estrutura Setorial do Emprego

A queda salarial durante a década de 80, devido ao crescimento mais acentuado da força de trabalho relativamente ao produto, pode ser decomposta em dois componentes: por um lado, houve uma queda generalizada dos salários em todos os setores; por outro, houve, também, um inchamento daqueles setores mais intensivos em mão-de-obra que, tradicionalmente, pagam salários mais baixos. A terceirização e a

informalização da força de trabalho ao longo dos anos 80 são exemplos do processo de inchamento dos setores intensivos em mão-de-obra que ocorreu no período. Nesta subseção investigamos a evolução da estrutura setorial do emprego e, em particular, o processo de terceirização do emprego. Na subseção seguinte tratamos do processo de informalização das relações de trabalho.

A evolução da distribuição de trabalhadores por setor de atividade econômica durante os anos 80, apresentada no Gráfico 8, indica que de 1981 a 1989 a proporção do emprego no setor terciário (excluindo administração pública e defesa) aumentou seis pontos percentuais, enquanto a proporção do emprego no setor primário declinou, aproximadamente, do mesmo montante. Em termos absolutos, o emprego no setor terciário cresceu de 19,5 milhões para 29,6 milhões (veja Gráfico 9), o que significa que o setor terciário gerou mais de dez milhões de novos postos de trabalho entre 1981 e 1989, representando um aumento no emprego no setor de mais de 50%. No mesmo período, o emprego no setor primário se elevou de 12,7 milhões para 13,6 milhões, representando um aumento de apenas 7% (veja Gráfico 9).

Gráfico 8  
Estrutura Setorial do Emprego

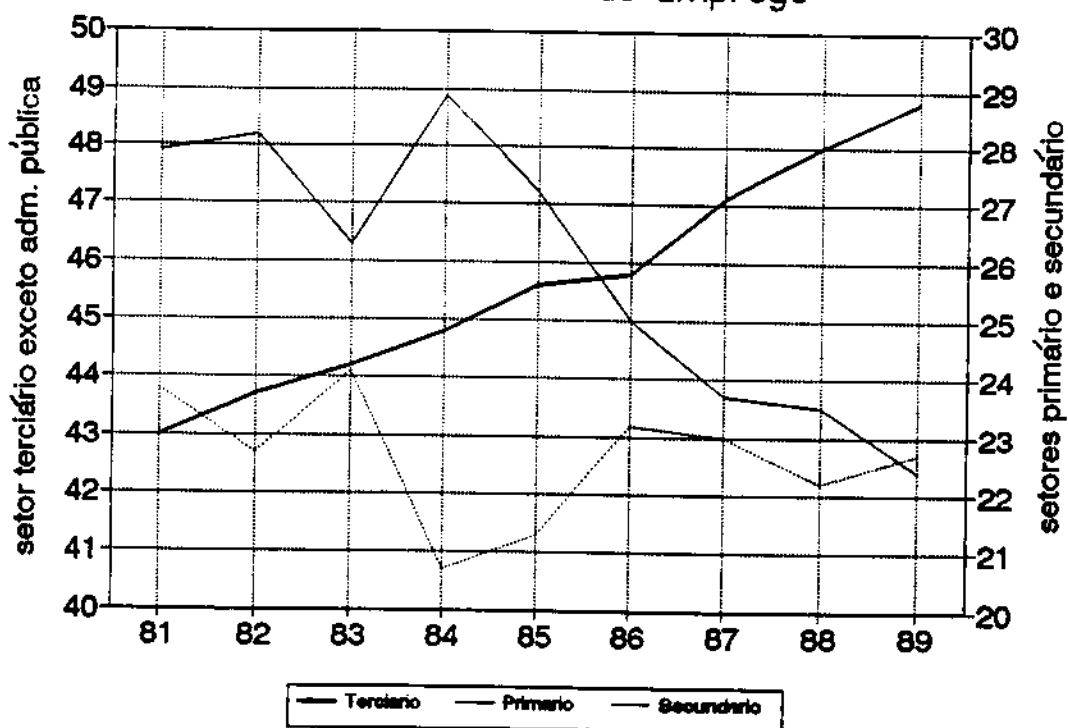
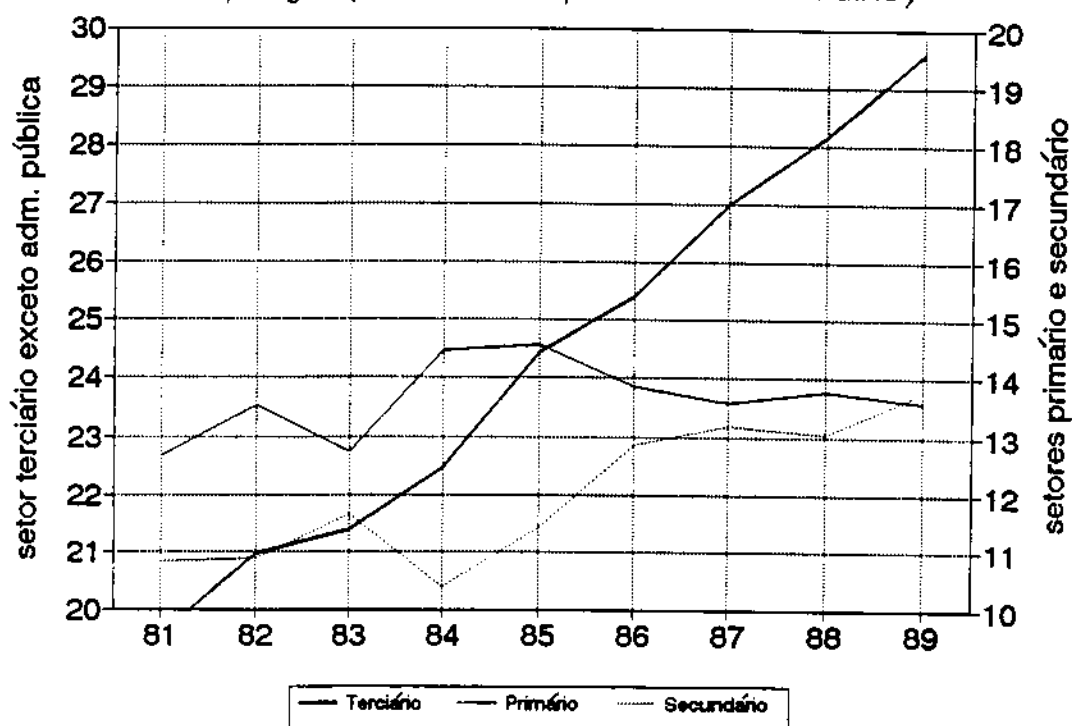


Gráfico 9: Estrutura Setorial do Emprego (milhões de postos de trabalho)



A fatia do emprego no setor secundário permaneceu praticamente constante durante os anos 80, significando um aumento de 27% no nível de emprego deste setor se compararmos 1981 com 1989 (veja Gráficos 8 e 9). O fato de que a fatia do emprego no setor secundário permaneceu praticamente constante durante os anos 80 contrasta, de forma acentuada, com a evolução da estrutura do emprego no Brasil nos anos 60 e 70, quando a proporção do emprego neste setor aumentou substancialmente.

A fatia do emprego na administração pública e defesa aumentou 0,7 ponto percentual de 1981 a 1989, com grande parte do aumento concentrada no período 1984/88 (veja Gráfico 10). Em termos absolutos, este aumento correspondeu à criação de 1,1 milhão de novos postos de trabalho no Governo e, por conseguinte, a um aumento de mais de 50% no emprego na administração pública e defesa de 1981 a 1989 (veja Gráfico 10).

O fato de que o setor terciário cresceu em termos relativos enquanto o setor secundário permaneceu com sua participação praticamente constante levou a uma substancial terceirização do emprego em atividades urbanas, com o emprego no setor terciário passando de 67% do emprego em atividades urbanas em 1981 para 70% em 1989 (veja Gráfico 11).

Gráfico 10: Emprego na Administração Pública e Defesa

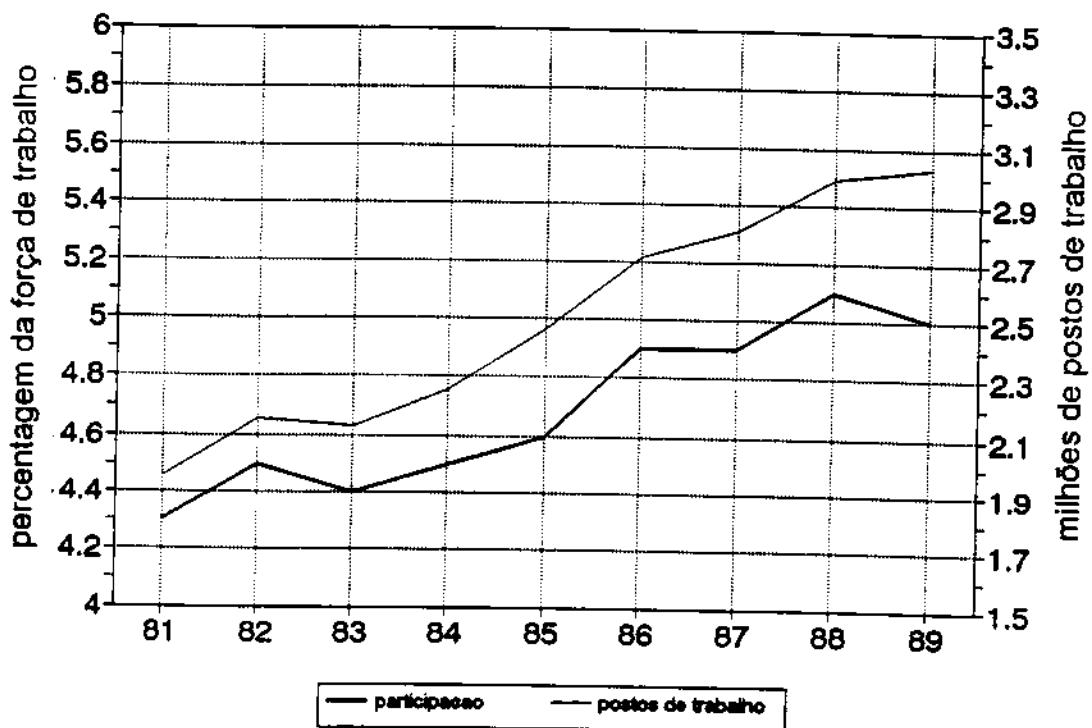
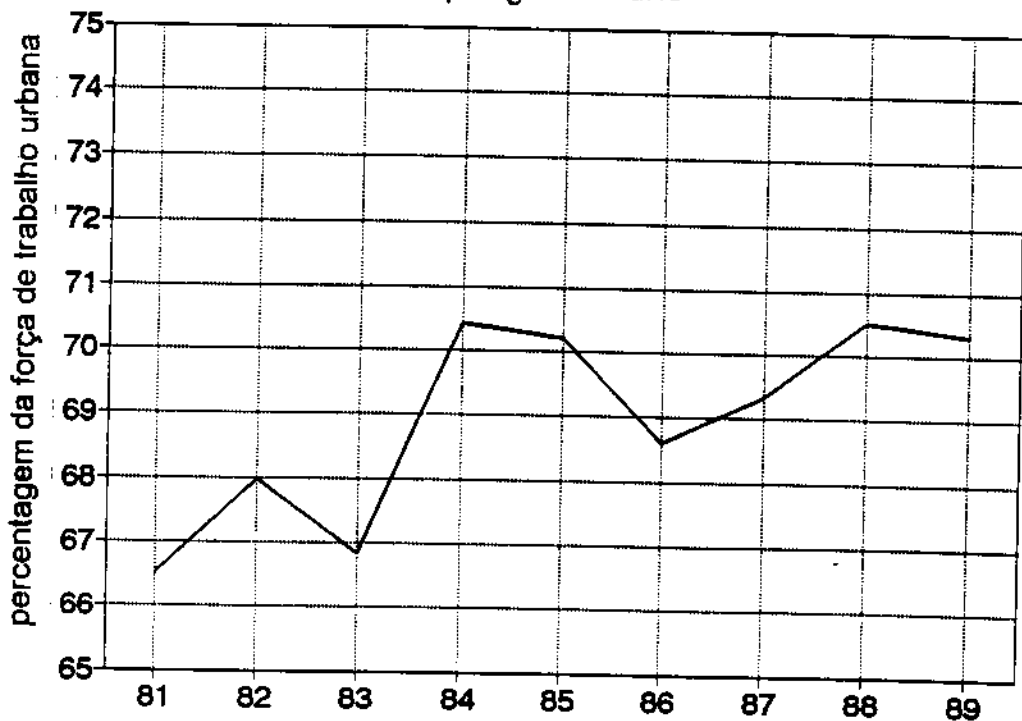


Gráfico 11: Grau de Terceirização do Emprego Urbano



Historicamente, a evolução da estrutura do emprego no Brasil tem sido típica de um país em desenvolvimento, com uma crescente urbanização da população economicamente ativa e uma tendência moderada à terceirização das atividades urbanas. Assim, por um lado, a evolução da estrutura do emprego ao longo da década de 80 é típica na medida em que mantém a tendência histórica de urbanização. Por outro lado, a evolução da estrutura do emprego durante os anos 80 é atípica na medida em que a terceirização das atividades urbanas passa a ocorrer a uma taxa que rompe com o crescimento balanceado dos setores secundário e terciário que vinha ocorrendo no passado. Por exemplo, enquanto na década de 70 a proporção da PEA nos setores secundário e terciário cresceu, respectivamente, sete e oito pontos percentuais, na década de 80 o setor secundário manteve sua posição relativa enquanto o setor terciário cresceu cerca de sete pontos percentuais, levando a uma terceirização, sem precedentes, das atividades urbanas.

Evidências recentes para as regiões metropolitanas indicam que o processo de terceirização foi enormemente acentuado durante os primeiros anos da década de 90 (veja Gráfico 12), com uma queda acentuada do emprego na indústria e um crescimento também acentuado do emprego nos serviços e no comércio. Embora não haja dados para avaliar em que medida este processo de terceirização foi específico para as regiões metropolitanas, sabe-se ao menos que a queda do emprego na indústria é uma característica geral da economia brasileira na década de 90 (veja Gráfico 13).

Gráfico 12: Evolução do Emprego por Setor de Atividade: São Paulo

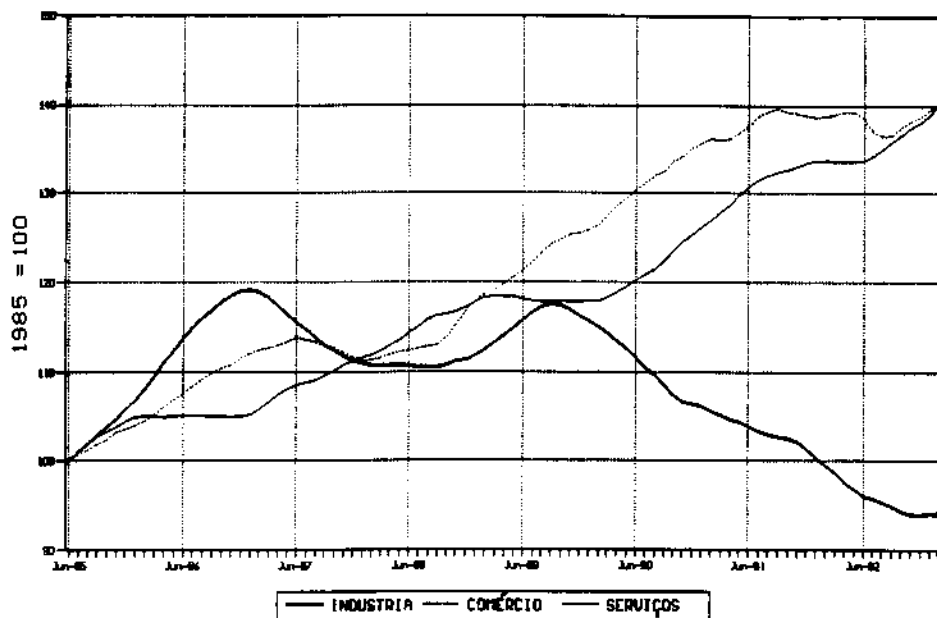
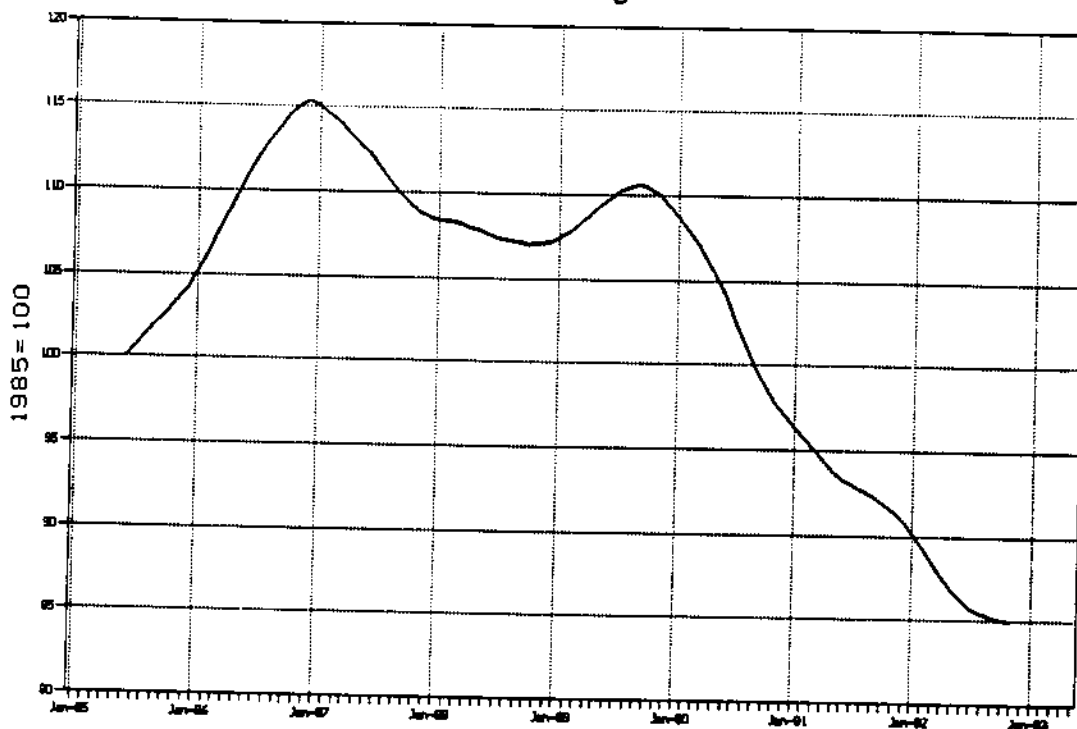




Gráfico 13: Pessoal Ocupado na Produção  
Indústria geral



Em suma, a geração de mais de 16 milhões de novos postos de trabalho durante os anos 80, apesar do pequeno crescimento no produto, foi possível por causa do aumento acentuado do emprego no setor terciário, em particular no comércio, serviços e na administração pública. Este fato contrasta fortemente com a experiência brasileira durante as duas décadas anteriores, quando uma fração substancial dos novos postos de trabalho surgiu no setor industrial.

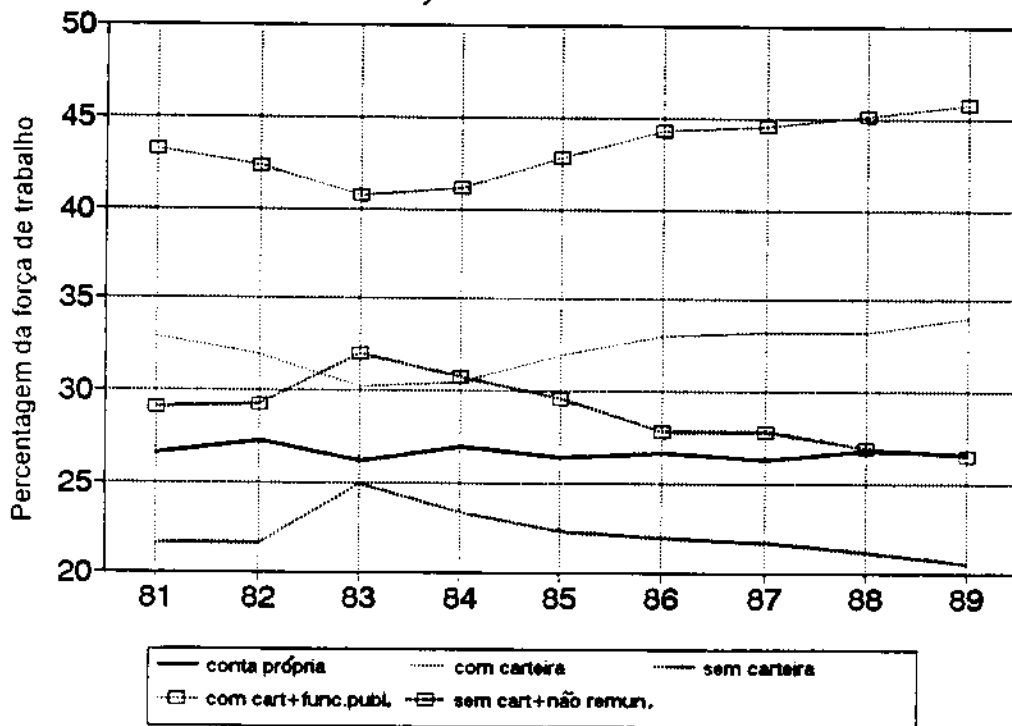
### 2.B.3. Informalização das Relações de Trabalho

Em certo sentido, a grande capacidade de absorção de mão-de-obra do mercado de trabalho brasileiro não é surpreendente. De fato, a baixa renda da maioria da população -- levando a baixos níveis de poupança -- e os incipientes programas de seguro-desemprego levam a que a situação de desemprego não seja uma alternativa viável para um grande segmento da força de trabalho. Estes trabalhadores, ao invés de permanecerem desempregados, preferem trabalhar, ao menos temporariamente, em atividades por conta própria ou em empregos sem contrato formal de trabalho que oferecem baixa remuneração. Neste caso, a existência do setor

informal seria tanto parte da explicação para a elevada capacidade de absorção de mão-de-obra do mercado de trabalho quanto parte da explicação para a tendência declinante dos salários ao longo dos anos 80.

Caso o setor informal tenha, de fato, desempenhado esta função durante a década de 80, deveríamos observar uma crescente informalização ao longo do período. No entanto, como o Gráfico 14 revela, a distribuição da força de trabalho por tipo de relação de trabalho (trabalhadores por conta própria, servidores públicos, empregados com contrato formal de trabalho, empregados sem contrato formal de trabalho e membros familiares não-remunerados) permaneceu relativamente estável durante os anos 80. A proporção da força de trabalho que desempenhava atividades por conta própria permaneceu em torno de 27% durante todo o período. Houve, contudo, uma pequena redução -- cerca de dois pontos percentuais -- na fatia da força de trabalho em postos de trabalhos sem contrato formal e membros familiares não-remunerados, com um concomitante aumento na proporção de empregados com contrato formal e servidores públicos. Em suma, o Gráfico 14 revela que as relações de trabalho no Brasil tornaram-se ligeiramente mais formais durante os anos 80.

Gráfico 14: Grau de Formalização das Relações de Trabalho



Estes padrões, contudo, são claramente determinados pela redução na fatia do emprego na agricultura, uma vez que os trabalhadores agrícolas são mais prováveis de serem membros familiares não-remunerados ou empregados sem contrato formal de trabalho. De fato, se restringirmos a análise às áreas urbanas, obteremos o resultado oposto, isto é, uma certa informalização da força de trabalho. Como Cacciamali (1992, Tabela 12) mostrou, a proporção da força de trabalho urbana com contrato formal de trabalho declinou em mais de um ponto percentual durante os anos 80.

Apesar de o setor informal explicar muito pouco da enorme capacidade de absorção de mão-de-obra do mercado de trabalho urbano brasileiro nos anos 80, uma vez que o avanço do grau de informalização no período foi relativamente pequeno, o mesmo não aconteceu ao longo dos primeiros anos da década de 90. De fato, os primeiros anos da década de 90 são marcados por um processo de informalização sem precedentes, liderado pelo crescimento da proporção da força de trabalho envolvida em atividades por conta própria. De fato, nas regiões metropolitanas, a proporção de trabalhadores com carteira declinou em mais de cinco pontos percentuais enquanto a proporção de trabalhadores sem carteira e trabalhadores por conta própria aumentou em quase três e quatro pontos percentuais, respectivamente (veja Gráficos 15 e 16).

Gráfico 15: Proporção com Carteira  
Regiões Metropolitanas

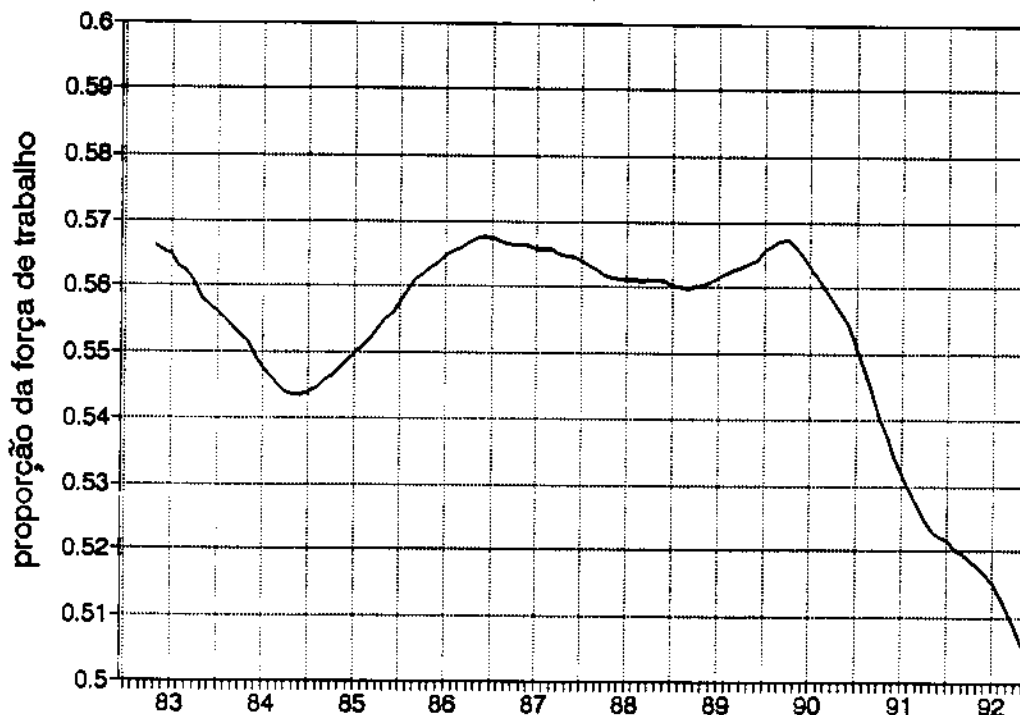
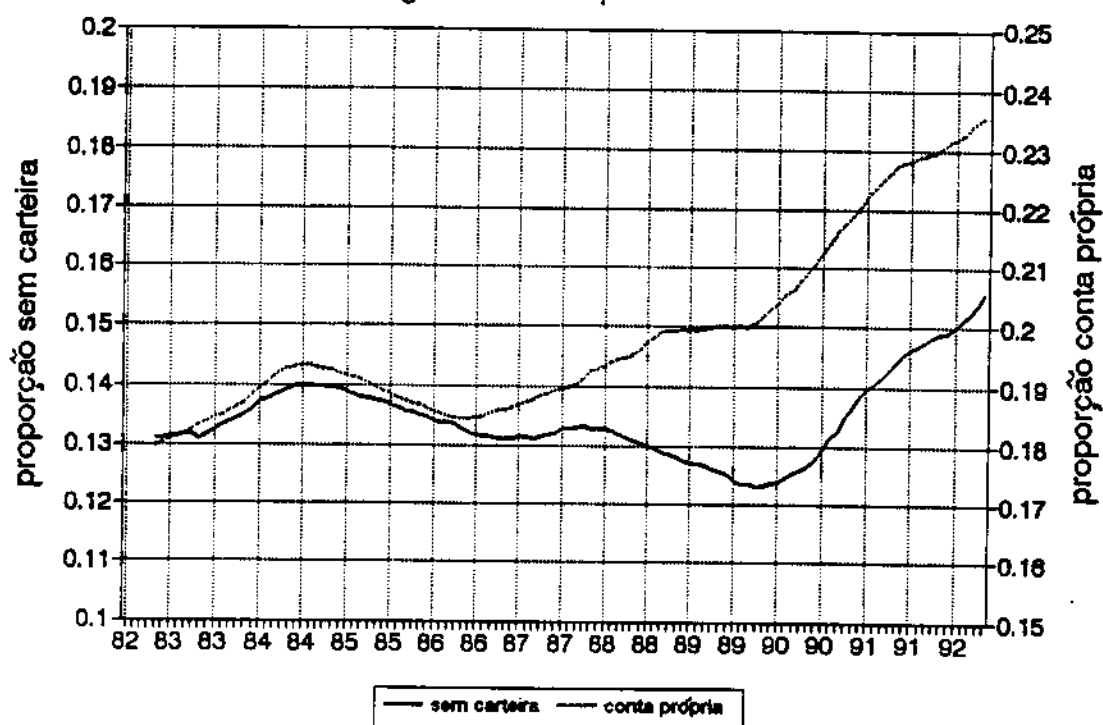


Gráfico 16: Grau de Informalização  
Regiões Metropolitanas



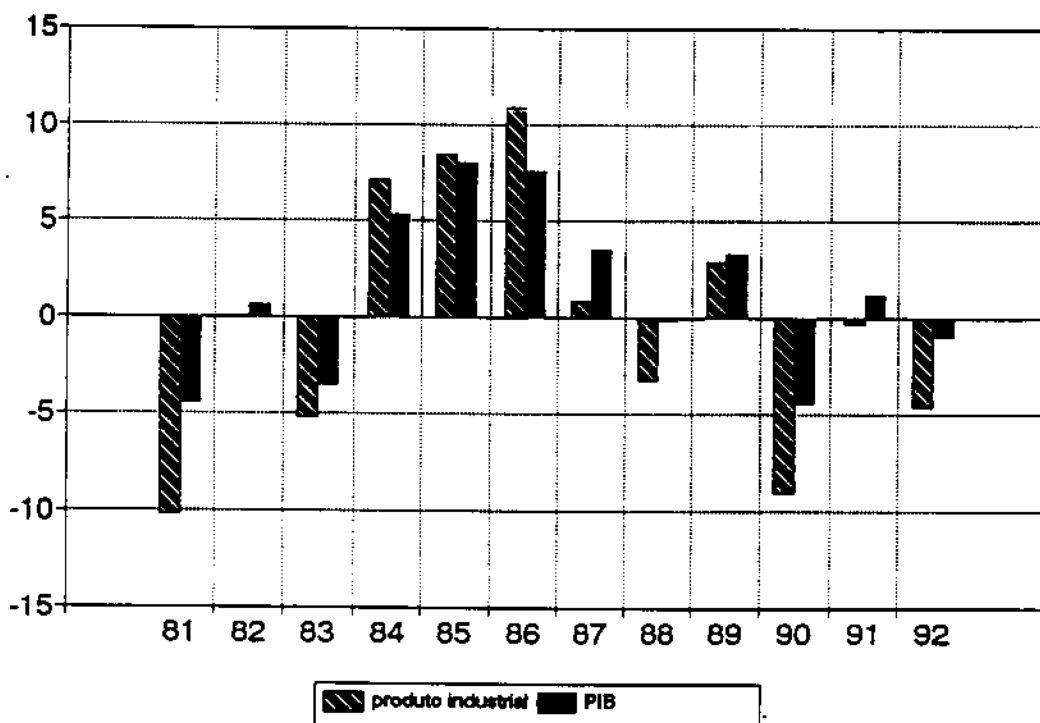
É importante ressaltar que essa abrupta informalização das relações de trabalho no início dos anos 90 não pode ser explicada simplesmente como um fenômeno cíclico, uma vez que a sua magnitude é incomparavelmente maior do que a informalização que ocorreu durante o período de crise no início dos anos 80. De fato, nas regiões metropolitanas, a proporção de trabalhadores com carteira declinou não mais do que dois pontos percentuais no período 1983/84, enquanto, somente de 1990 a 1992, a proporção de trabalhadores com carteira declinou mais de cinco pontos percentuais.

### 3. O COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO DURANTE AS RECESSÕES

Durante os últimos 15 anos, o desempenho da economia brasileira foi não somente fraco, mas também extremamente instável, com períodos de acentuado crescimento alternando-se com períodos de considerável declínio no nível de atividade. O Gráfico 17 apresenta a evolução da taxa de crescimento do PIB e da produção industrial para o período 1980/92. Este gráfico revela o comportamento extremamente cíclico do produto ao longo

do período, com taxas negativas de crescimento no início das décadas de 80 (1981/83) e 90 (1990/92), ao passo que no período central da década de 80 (1984/86) o nível de atividade crescia a taxas elevadas. O Gráfico 17 também revela que a magnitude das flutuações na taxa de crescimento da produção industrial foi substancialmente maior do que aquela no PIB, com este declinando 7% entre 1980 e 1983 e 4% entre 1989 e 1992, enquanto aquele declinava 15 e 14% nestes dois períodos, respectivamente. Além disso, observa-se que enquanto para a indústria os dois períodos recessivos foram de magnitude similar, o nível geral de atividade foi muito mais sensível aos acontecimentos do início da década de 80 do que aqueles do início da década de 90 (veja Gráfico 17).

Gráfico 17  
Taxa Anual de Crescimento do Produto



---

O objetivo desta seção é investigar como o mercado de trabalho brasileiro como um todo assim como o nível do emprego e dos salários na indústria responderam a estes dois períodos de recessão. Especial atenção será dada à comparação do comportamento do mercado de trabalho ao longo destas duas recessões.

### **3.1. Desemprego**

Apesar do fraco crescimento econômico e das flutuações acentuadas no nível de atividade no início dos anos 80 e 90, a taxa de desemprego manteve-se baixa em todo o período, exibindo apenas algumas flutuações. Por exemplo, ao longo de toda a recessão no início da década de 80 a taxa de desemprego aberto jamais superou o nível de 5% da população economicamente ativa (veja Gráfico 3). Infelizmente, informações em nível nacional não estão disponíveis para a década de 90. No entanto, informações para as regiões metropolitanas indicam que a taxa de desemprego foi ainda menos sensível à recessão nos anos 90 do que tinha sido à recessão no início dos anos 80. De fato, o Gráfico 4 revela que a taxa de desemprego aberto nas regiões metropolitanas atingiu o nível de 5,5% no início de 1984, mas não superou o nível de 5% ao longo dos primeiros anos da década de 90.

Contudo, não somente a taxa de desemprego mostrou-se mais elevada no início dos anos 80 do que nos anos 90, mas também existem evidências de que a duração média das ocorrências de desemprego era maior na recessão do início dos anos 80 do que no início dos anos 90. Por exemplo, Bivar (1993, 303) estima que a duração média do desemprego era de 7.5 meses em 1983 e de 5.3 meses em 1990.

A maior taxa de desemprego e a maior duração do desemprego durante a recessão no início dos anos 80 podem estar apenas indicando que esta recessão foi mais severa do que a dos anos 90, mas pode também estar indicando maior flexibilidade do mercado de trabalho na década atual. De fato, como procuraremos demonstrar a seguir, existem diversas evidências de que o mercado de trabalho nos anos 90 foi capaz de acomodar de forma mais rápida as flutuações no nível de atividade econômica do que no início dos anos 80.

---

### 3.2. Informalização

A explicação mais imediata para a baixa taxa de desemprego, mesmo em períodos de substancial queda no nível de atividade, é o papel compensatório do setor informal. Segundo este argumento, durante períodos de recessão, o setor informal (postos de trabalho sem carteira de trabalho assinada e atividades por conta própria) se expande absorvendo a maioria da mão-de-obra deslocada do setor formal, evitando, assim, o crescimento na taxa de desemprego. Caso esta explicação fosse correta, o grau de formalização das relações de trabalho deveria ser cíclico, reduzindo-se substancialmente durante períodos recessivos.

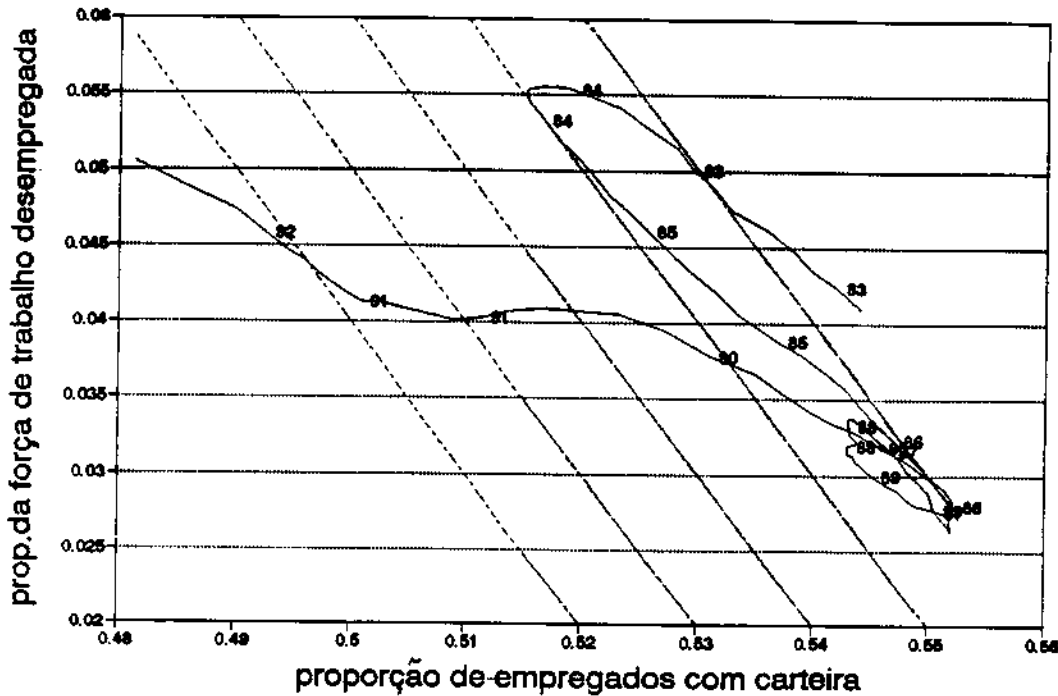
Com respeito à capacidade do setor informal absorver mão-de-obra durante recessões, o comportamento do mercado de trabalho no início das décadas de 80 e 90 é dramaticamente distinto. Enquanto durante o período 1981/84 o grau de informalização aumentou apenas ligeiramente, durante o período 1989/92 o grau de informalização apresentou um crescimento sem precedentes (veja Gráficos 15 e 16). Além disso, conforme mostra o Gráfico 18, durante o período 1981/84 as flutuações no emprego no setor formal transformaram-se em flutuações, da mesma magnitude, no nível do desemprego. Isto é, cada posto de trabalho a menos no setor formal transformava-se em um trabalhador a mais desempregado. Durante este período a capacidade do setor informal em absorver mão-de-obra e evitar o desemprego foi praticamente inexistente.

No entanto, durante a recessão no início dos anos 90 observa-se o oposto (veja Gráficos 15, 16 e 18). Neste período o setor informal apresenta-se como uma vigorosa fonte geradora de postos de trabalho, levando a um aumento sem precedentes no grau de informalidade e a uma considerável estabilidade na taxa de desemprego, apesar do forte declínio no nível de atividade. Durante este período, a cada posto de trabalho a menos no setor formal correspondia um posto de trabalho a mais no setor informal (veja Gráfico 18).

Em suma, a elevação no grau de informalização das relações de trabalho foi substancialmente maior na recessão dos anos 90 do que durante a recessão no início dos anos 80. Este fato indica ou uma mudança nos mecanismos de funcionamento do mercado de trabalho ou diferenças nas expectativas dos agentes durante as duas recessões. De fato, o comportamento observado pode ser racionalizado assumindo-se que no início dos anos 80, talvez devido ao longo período de crescimento estável dos anos 70, os agentes

encararam a queda no nível de atividade econômica como um fenômeno transitório e, portanto, não efetuaram ajustes mais profundos. Por outro lado, no início dos anos 90, após uma década de fraco crescimento, os agentes perceberam a queda no nível de atividade como um fenômeno mais duradouro e, por conseguinte, efetivaram ajustes mais significativos.

Gráfico 18: Capacidade de Absorção de Mão-de-Obra do Setor Informal

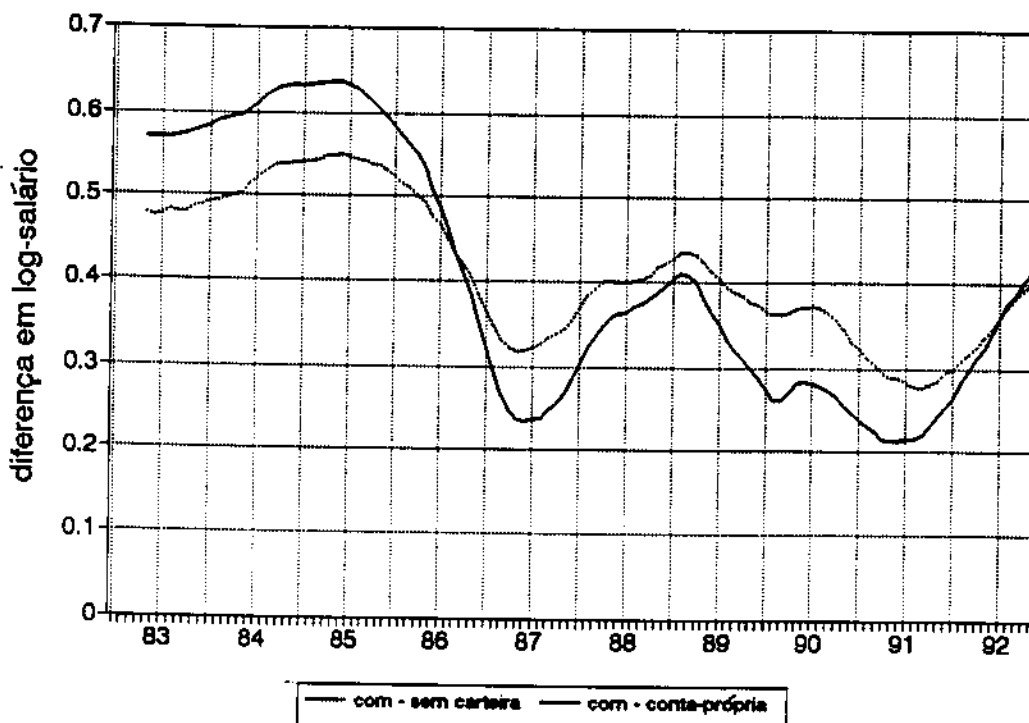


Uma outra diferença fundamental no comportamento dos setores formal e informal durante as duas recessões é o comportamento do diferencial de salário entre os setores. No período 1981/84 a recessão e o ligeiro aumento no grau de informalidade levaram a uma redução nos salários no setor informal superior ao impacto da recessão sobre os salários no setor formal. O resultado foi um aumento no hiato salarial entre os dois setores e, conseqüentemente, um aumento no grau de segmentação do mercado de trabalho (veja Gráfico 19). Por outro lado, durante o período de recessão que se inicia no final de 1989, apesar do substancial aumento na absorção de mão-de-obra pelo setor informal, o hiato salarial entre os setores formal e informal permanece bastante reduzido (veja Gráfico 19).



Cumprе ressaltar, no entanto, que esta capacidade do setor informal -- de absorver toda mão-de-obra deslocada do setor formal sem que o diferencial de salário entre os dois setores se eleve -- começou a se deteriorar a partir do segundo semestre de 1991 (veja Gráfico 19). De fato, a partir de meados de 1991 a taxa de desemprego começa a subir de forma significativa (Gráfico 4), o grau de informalidade passa a subir mais lentamente (Gráfico 16) e o hiato salarial entre os setores formal e informal passa a se elevar significativamente (Gráfico 19). Estes fenômenos podem ser considerados como uma evidência da saturação da capacidade do setor informal em absorver a mão-de-obra deslocada pelo setor formal. Em outras palavras, a recessão torna-se mais profunda do que o setor informal é capaz de acomodar, levando a crescente desemprego e segmentação, como tinha ocorrido no período 1981/84.

Gráfico 19: Hiato Salarial entre os Setores Formal e Informal



---

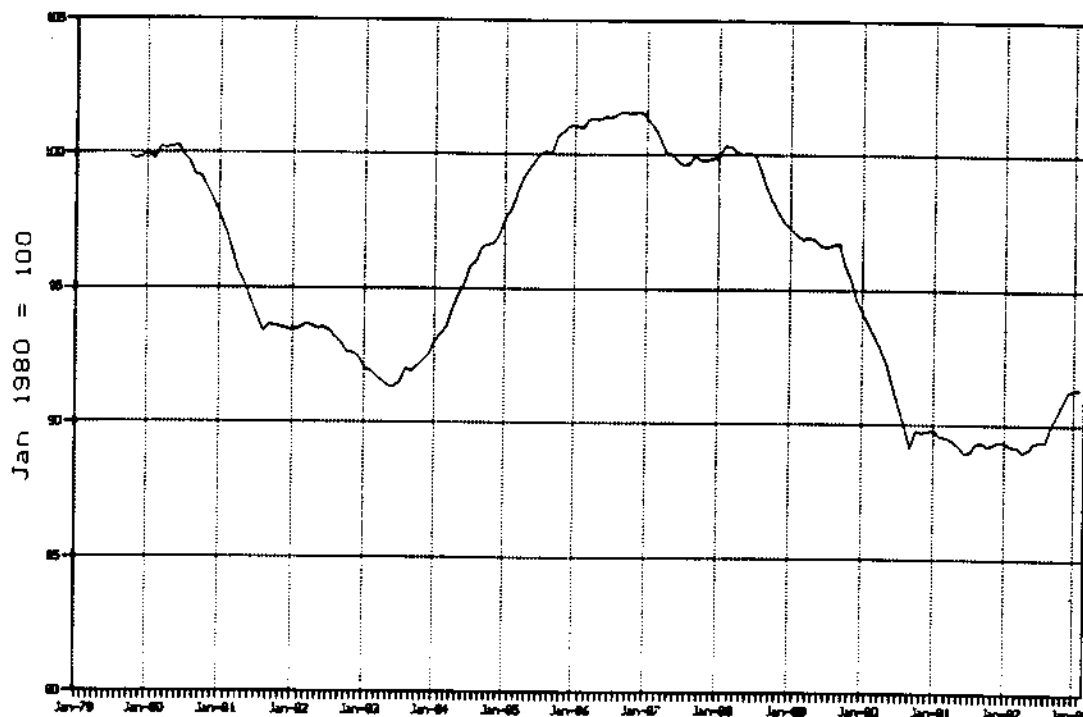
### 3.3. Ajuste no Setor Industrial

O ajuste do setor industrial diante da recessão de 1981/83 e da recessão no início dos anos 90 foi de natureza bastante distinta. Relativamente aos anos 80, nos anos 90 o ajuste se concentrou muito mais no nível dos salários e na jornada de trabalho do que no nível do emprego. De fato, os Gráficos 7 e 20 revelam que apesar de a queda no nível do emprego em São Paulo ter sido de cerca de 20% em ambas as recessões, sendo ligeiramente menor no período 1989/92, a queda no nível dos salários e na jornada de trabalho foi significativamente maior na recessão do início dos anos 90. Enquanto no período 1981/83 os salários reais foram reduzidos em 15%, durante a recessão do início dos anos 90 a redução nos salários foi de mais de 20% (veja Gráfico 7).

Além disso, e talvez mais importante, é a diferença na seqüência dos ajustes no nível do emprego e dos salários ocorrida em cada caso. Como o Gráfico 7 revela, no período 1981/83 o ajuste foi inicialmente feito apenas no emprego, com o nível dos salários surpreendentemente subindo durante todo o primeiro ano da recessão. Somente a partir do final de 1982, após uma queda de mais de 15% no nível do emprego, é que os salários começaram a responder, declinando abruptamente em cerca de 15% durante o ano de 1983. Mesmo assim, e graças ao crescimento dos salários no início da recessão, o nível salarial durante toda a recessão nunca foi inferior ao seu valor antes da recessão (isto é, no início de 1980). A seqüência dos ajustes nos níveis de emprego e salários foi completamente diferente durante a recessão dos anos 90. Neste caso (veja Gráfico 7), os salários respondem rapidamente, declinando 20% ao longo de 1990, enquanto o nível do emprego se ajusta mais lentamente, levando quase três anos para atingir seu valor mínimo.

A resposta rápida dos salários durante a recessão no início dos anos 90 provavelmente evitou uma queda ainda mais acentuada no nível do emprego industrial no período. Contudo, esta resposta rápida dos salários não foi o único mecanismo operando para minimizar a queda no nível do emprego. Uma queda acentuada (8%) na jornada de trabalho logo no primeiro ano da recessão também serviu para evitar uma queda maior no nível do emprego (veja Gráfico 20). Durante a recessão de 1981/83 a resposta da jornada de trabalho foi mais lenta, levando a uma redução de apenas 6% no primeiro ano (veja Gráfico 20).

Gráfico 20: Evolução da Jornada de Trabalho – São Paulo



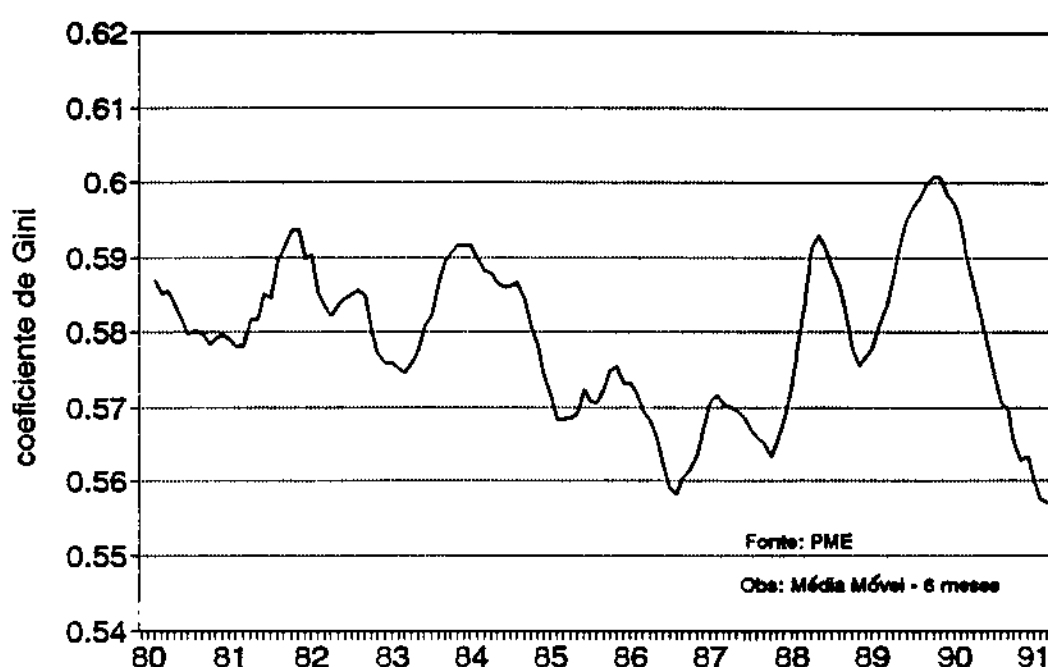
O fato de que nos anos 90, ao contrário dos anos 80, o processo de ajuste procurou evitar a redução no emprego buscando ajustar mais rapidamente e em primeiro lugar o nível salarial e a jornada de trabalho é em grande medida ainda uma questão em aberto. No entanto, existem evidências de que um ajuste rápido nos salários durante a recessão no início dos anos 80 não foi possível principalmente por restrições institucionais advindas da política de indexação salarial da época. Portanto, o fato de as empresas concentrarem o ajuste no nível do emprego e não no nível salarial não resultou simplesmente da preferência das empresas, mas sim de restrições institucionais.

#### 3.4. Desigualdade e Segmentação do Mercado de Trabalho

O comportamento da desigualdade salarial também foi bastante distinto ao longo das recessões de 1981/83 e 1990/93. Durante a recessão dos anos 80 o grau de desigualdade se elevou moderadamente, ao passo que, ao longo dos primeiros anos da década de 90, o grau de desigualdade declinou de forma abrupta tanto para a economia como um todo como nas regiões metropolitanas (veja Gráfico 21).

Cumpra também observar que o comportamento da desigualdade nestes dois períodos segue precisamente o mesmo padrão do hiato salarial entre os setores formal e informal. De fato, conforme mencionado acima (veja Gráfico 19), o hiato salarial entre os setores formal e informal se elevou no início da década de 80, reduzindo-se, no entanto, na década de 90. Uma análise mais precisa da relação entre estes dois fenômenos indica que 20% da acentuada redução no nível de desigualdade salarial entre 1989 e 1990 e 55% do aumento da desigualdade entre 1981 e 1983 podem ser explicados por concomitantes mudanças nos diferenciais de salário entre trabalhadores com carteira, sem carteira, por conta própria e empregadores.

Gráfico 21: Evolução da Desigualdade  
Regiões Metropolitanas



#### 4. FLEXIBILIDADE DO MERCADO DE TRABALHO

Num ambiente econômico repleto de incerteza, a eficiente alocação da mão-de-obra depende do grau de flexibilidade do mercado de trabalho. A flexibilidade do mercado de trabalho possui pelo menos duas dimensões: flexibilidade salarial e flexibilidade alocativa. A flexibilidade salarial garante que um choque que reduza o valor da produtividade marginal do trabalho possa ser acomodado sem que seja necessário reduzir o nível do

---

emprego. Evidentemente que, embora uma perfeita flexibilidade salarial seja suficiente para garantir que o nível do desemprego seja mantido a um mínimo, esta não é suficiente para garantir uma eficiente alocação da mão-de-obra. Para que uma contínua alocação eficiente da mão-de-obra seja possível, é necessário que a força de trabalho possa ser realocada sem custos (perfeita flexibilidade alocativa) de forma que mantenha a produtividade marginal do trabalho constantemente igual em todas as atividades.



Como os Gráficos 6 e 7 revelam, durante o período 1980/93 observamos uma considerável flutuação nos salários. O Gráfico 6 revela que: a) a renda média da população ativa declinou quase 30% durante a recessão no início dos anos 80; b) cresceu mais de 50% durante a recuperação de 1984 a 1986; e c) voltou a declinar cerca de 40% de 1986 a 1990. Oscilações salariais de magnitude similar podem, também, ser observadas no Gráfico 7, que descreve a evolução dos salários na indústria paulista. De fato, este gráfico revela que: a) somente em 1983 os salários reais declinaram quase 15%; b) de 1984 a 1986 os salários cresceram cerca de 20%; e c) de 1986 a 1991 declinaram 35%.

Embora se possa argumentar que parte destas oscilações seja apenas o resultado da aplicação mecânica de uma série de políticas de indexação salarial que nunca foram realmente capazes de manter o valor real dos salários constante, é evidente que, na sua maior parte, as oscilações salariais no período refletem, fidedignamente, a busca do mercado de trabalho para se adaptar às consideráveis oscilações no nível de atividade que ocorreram no período.

Além de toda esta evidência direta da considerável flexibilidade salarial do mercado de trabalho brasileiro, a baixa taxa de desemprego ao longo de todo o período é, também, uma importante evidência indireta de elevada flexibilidade salarial. No entanto, parece também existirem evidências claras de que o grau de flexibilidade salarial não permaneceu constante durante todo o período. De fato, a menor flutuação salarial, a maior taxa de desemprego, o maior hiato salarial entre os setores formal e informal e a resposta mais lenta e defasada dos salários durante a recessão de 1981/83 são claras indicações de que os salários eram menos flexíveis no início dos anos 80 do que nos anos 90.

O grau de flexibilidade alocativa do mercado de trabalho brasileiro é mais difícil de ser avaliado, uma vez que não contamos com medidas diretas da

---

intensidade da mobilidade intersetorial de mão-de-obra durante o período. No entanto, algumas evidências indiretas sinalizam que a flexibilidade alocativa do mercado de trabalho brasileiro pode ser elevada. Um exemplo é a combinação de uma baixa taxa de desemprego com uma alta frequência de ocorrências de desemprego característica do mercado de trabalho brasileiro. De fato, tem-se que a frequência com que o desemprego ocorre no Brasil é bastante elevada, com cerca de 2,5% da força de trabalho perdendo seu emprego a cada mês. Esta frequência de ocorrência do desemprego é similar à observada nos Estados Unidos e Canadá e substancialmente superior à observada na Europa. Esta combinação de uma baixa taxa de desemprego com uma alta frequência de ocorrências de desemprego indica que o mercado de trabalho brasileiro é capaz de, com muita rapidez, realocar os trabalhadores deslocados. Esta característica é uma indicação indireta de elevada flexibilidade alocativa e é corroborada pela baixa duração das ocorrências do desemprego no Brasil.

## **5. MERCADO DE TRABALHO E GERAÇÃO DA DESIGUALDADE DE RENDA**

O Gráfico 22 compara o grau de desigualdade no Brasil com o de outros países no mundo, com mais de cinco milhões de habitantes, para os quais informações confiáveis sobre desigualdade de renda estão disponíveis. Conforme este gráfico revela, o Brasil é o país com o mais elevado grau de desigualdade.

Além de elevado, o grau de desigualdade tem, historicamente, crescido no Brasil. Este crescimento foi particularmente acentuado nas décadas de 60 e 80 [veja Langoni (1973) para uma análise da década de 60 e o Gráfico 21 para a evolução da desigualdade na década de 80]. Cumpre mencionar, no entanto, que nos primeiros anos da década de 90 o grau de desigualdade começou a declinar de forma acentuada e sem precedentes ( veja Gráfico 21).

Não só o nível da desigualdade no Brasil é substancialmente distinto dos demais países, mas também é distinta a natureza desta desigualdade. De fato, o Gráfico 23 revela que a principal diferença entre a desigualdade de renda no Brasil e a desigualdade nos Estados Unidos não está espalhada por toda a distribuição de renda, mas inteiramente concentrada na parte superior da distribuição. O Gráfico 23 revela que, se calcularmos o grau de desigualdade de renda nestes dois países, nos restringindo aos 80% mais pobres, o grau de desigualdade no Brasil vai ser muito semelhante ao dos

Estados Unidos. A grande diferença entre Brasil e Estados Unidos é que no Brasil os 20% mais ricos têm rendas muito maiores do que os demais grupos, enquanto nos Estados Unidos isto não ocorre.

Gráfico 22: Razão da Renda dos 10% mais Ricos e a Renda dos 40% mais Pobres

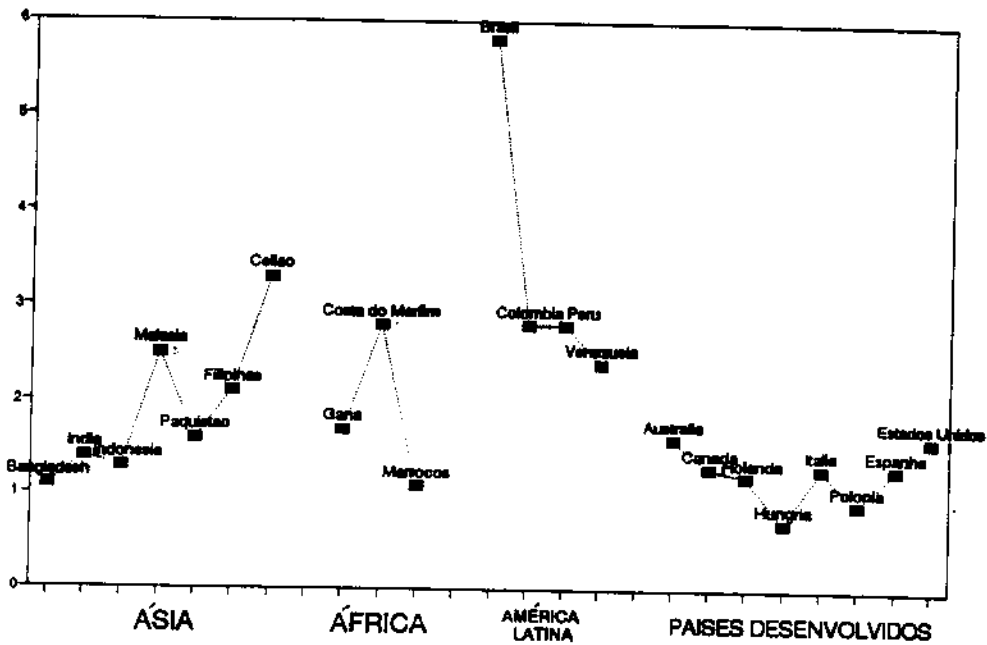
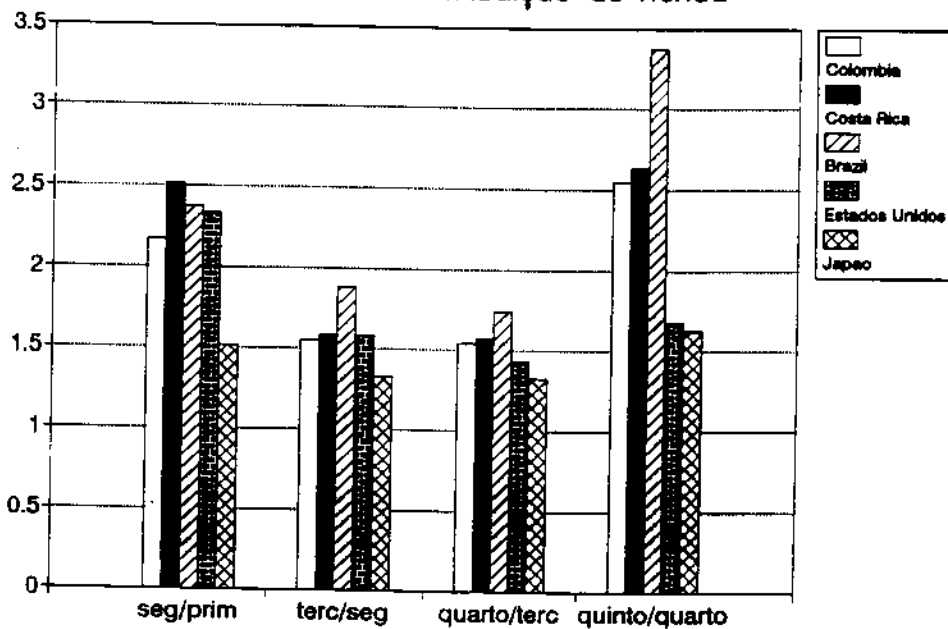


Gráfico 23: Renda Relativa dos diversos Quintos da Distribuição de Renda



---

Na Subseção 3.4 vimos que existe uma certa conexão entre as flutuações da desigualdade de renda nas décadas de 80 e 90 e o funcionamento do mercado de trabalho, em particular, com o grau de segmentação do mercado de trabalho entre setores formal e informal. Nessa subseção procuramos investigar a relação estrutural entre o elevado grau de desigualdade salarial no Brasil e o funcionamento do mercado de trabalho. Em particular, procuramos determinar se o mercado de trabalho brasileiro funciona primordialmente como gerador de desigualdade ou simplesmente como um mecanismo revelador de desigualdades preexistentes na força de trabalho.

Por um lado, o mercado de trabalho revela desigualdade quando a desigualdade salarial é simplesmente uma transformação da desigualdade em capital humano; transformação esta que pode tanto amplificar quanto atenuar a desigualdade em capital humano. Quando este é o caso, a desigualdade salarial estará, em grande parte, associada a diferenciais de salário entre grupos educacionais ou grupos etários.

Por outro lado, o mercado de trabalho gera desigualdade quando, devido à discriminação ou segmentação, existem diferenciais de salário entre trabalhadores com mesmo capital humano. Neste caso, a desigualdade salarial estará associada ou a diferenciais de salário entre setores de atividade e regiões ou a diferenciais de salário por gênero e raça.

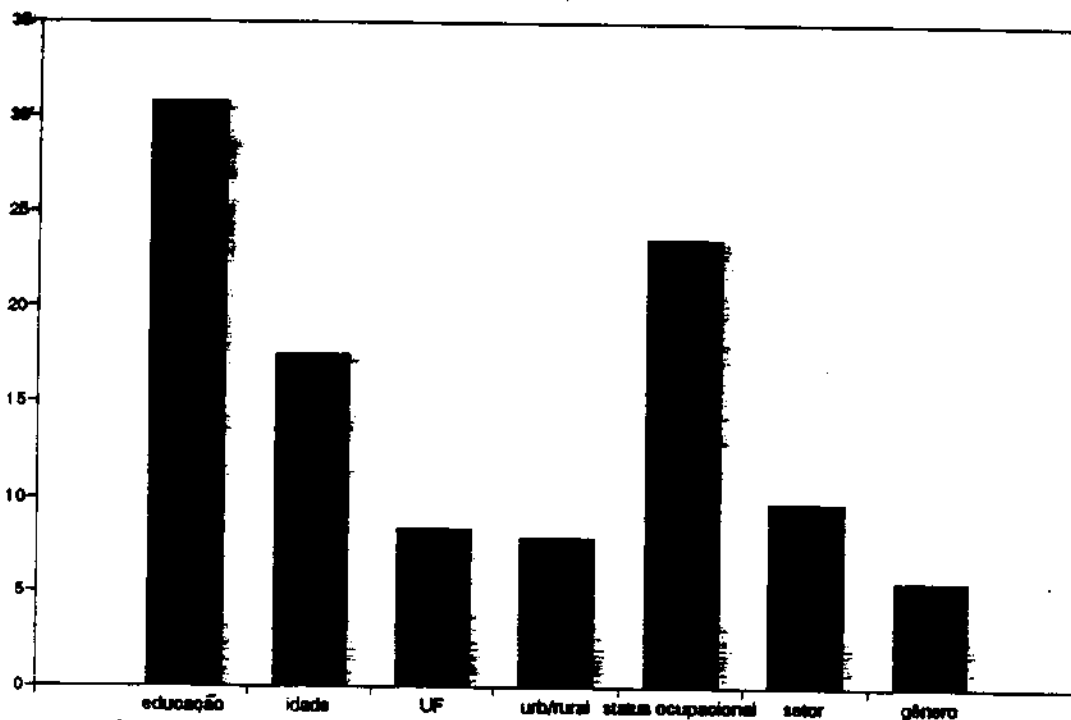
Assim, com o objetivo de classificar o mercado de trabalho brasileiro como preponderantemente gerador ou revelador de desigualdade, procuramos, nesta seção, identificar que atributos estão mais relacionados à desigualdade no Brasil. Um procedimento simples para avaliar a contribuição de um dado atributo à desigualdade global é realizar a seguinte simulação contrafactual: em quanto (em termos percentuais) a desigualdade salarial global seria reduzida se fossem eliminados os diferenciais médios de salários entre grupos de indivíduos homogêneos com respeito ao atributo em questão? Após realizar esta simulação, apenas a desigualdade dentro dos grupos permanece; toda a desigualdade entre grupos desaparece, por construção. Denominamos o resultado desta simulação contrafactual poder explicativo.

O Gráfico 24 apresenta estimativas do poder explicativo para os atributos: educação, idade, unidade da federação, situação rural/urbana, status ocupacional, setor de atividade e gênero. Os resultados demonstram que educação é a variável com o mais alto poder explicativo. Mais especificamente, o Gráfico 24 indica que a desigualdade global no Brasil declinaria de 30 a 35%, caso os diferenciais de educação não dessem



origem a diferenciais de salário. Este fato -- que a desigualdade salarial no Brasil está fortemente relacionada à educação -- tem sido confirmado repetidamente por diversos estudos [veja Almeida Reis e Barros (1991) para uma revisão destes estudos]. Ainda com relação a diferenciais de salário associados a diferenças em capital humano, este gráfico revela que o poder explicativo da idade é, também, relativamente elevado, com valores entre 15 e 20%.

Gráfico 24  
Poder Explicativo



Diferenciais de salário relacionados à região ou setor de atividade tendem a explicar em torno de 10% da desigualdade total. Com respeito a gênero, a despeito do substancial diferencial de salários entre homens e mulheres, a eliminação desse diferencial reduziria a desigualdade global em menos de 6%.

Surpreendente é o poder explicativo do status ocupacional: 25%. No entanto, grande parte deste poder explicativo não é intrínseca ao status ocupacional, mas deve-se ao fato de existirem diferenças substanciais de nível educacional entre trabalhadores nos setores formal e informal. Quando

---

estas diferenças em educação são eliminadas, o poder explicativo do **status** ocupacional declina para cerca de 10%.

Em suma, o Gráfico 24 indica que o mercado de trabalho no Brasil tende a desempenhar muito mais um papel de revelador de desigualdade do que propriamente de gerador de desigualdade. Dessa forma, embora discriminação e segmentação sejam formas de desigualdade de particular preocupação social, essas não são quantitativamente tão importantes quanto a parcela da desigualdade salarial associada à educação.

Resta, portanto, investigar se o mercado de trabalho brasileiro, ao funcionar como revelador da desigualdade educacional intrínseca da força de trabalho, tende a amplificá-la ou a atenuá-la. Isto é, resta saber se a elevada desigualdade salarial no Brasil é apenas o reflexo de uma elevada desigualdade educacional ou se é o resultado da amplificação desta desigualdade pelo mercado de trabalho.

Para investigar esta questão, partimos do fato de que a parcela da desigualdade salarial associada à educação e, portanto, o poder explicativo da educação é determinado por dois fatores: a) a magnitude dos diferenciais de salário por nível educacional; e b) o grau de desigualdade em educação. Assim, o que procuramos saber é se o elevado poder explicativo da educação no Brasil é o resultado de elevados diferenciais de salário por nível educacional ou se é o resultado de uma distribuição educacional extremamente desigual. Apesar de diversos estudos indicarem que os diferenciais de salário entre grupos educacionais no Brasil tendem a ser mais elevados do que em outros países [veja, por exemplo, Psacharopoulos (1985)], resultados em Lam e Levison (1992) podem ser utilizados para mostrar que esses diferenciais mais elevados não são a principal causa do alto poder explicativo da educação no Brasil. De fato, os resultados destes autores revelam que o principal fator responsável pelo alto poder explicativo da educação no Brasil é o alto grau de desigualdade em educação. Portanto, apesar de o mercado de trabalho brasileiro tender a amplificar o grau de desigualdade em educação, a principal fonte de desigualdade é a elevada desigualdade educacional da força de trabalho brasileira.

Em suma, chega-se à importante conclusão de que a maior parte da desigualdade salarial no Brasil não parece ser gerada pelo mercado de trabalho, mas sim pelo sistema educacional.

---

## 6. CONCLUSÕES

Neste trabalho investigamos o comportamento do mercado de trabalho brasileiro, procurando entender em que medida este mercado é: a) capaz de gerar uma alocação eficiente da força de trabalho brasileira; e b) responsável pelo elevado grau de desigualdade observado no Brasil.

Em termos da sua capacidade de gerar uma alocação eficiente da força de trabalho, não encontramos nenhuma evidência significativa de que ele funcione de uma forma muito distinta de um mercado competitivo. De fato, a) a absorção de mão-de-obra não surge como um problema fundamental, mesmo em períodos de estagnação do nível de atividade econômica; b) um elevado grau de flexibilidade salarial parece quase sempre estar presente; e c) o grau de flexibilidade alocativa mostrou-se também elevado, evidenciado pela combinação de, por um lado, uma elevada frequência de ocorrência de desemprego e, por outro, uma baixa taxa e curta duração das ocorrências de desemprego.

Em termos do seu papel na geração da desigualdade de renda, encontramos que o mercado de trabalho brasileiro caracteriza-se muito mais como um revelador da grande desigualdade em qualificação característica da força de trabalho do que como gerador de desigualdade. De fato, o grau de segmentação e discriminação no mercado de trabalho brasileiro não é elevado o suficiente para explicar alta desigualdade de renda no Brasil. Além disso, demonstramos que o mercado de trabalho revela, sem amplificar significativamente, a desigualdade em qualificação da força de trabalho, podendo-se, portanto, concluir que o principal fator responsável pela alta desigualdade de renda no Brasil é a elevada desigualdade em qualificação característica da força de trabalho brasileira.

Assim, ironicamente, a preocupação com o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro talvez deva ser revertida. Talvez o grande problema do mercado de trabalho brasileiro seja precisamente o fato de ele funcionar muito próximo a um mercado competitivo. De fato, se, por um lado, a absorção de mão-de-obra não é um problema, por outro, a qualidade dos postos de trabalho gerados parece ser. Além disso, o fato de que 2,5% da força de trabalho perdem ou abandonam seu posto de trabalho a cada mês, sendo, no entanto, rapidamente realocados exemplifica, por um lado, a flexibilidade alocativa do mercado de trabalho, mas por outro preocupa na medida em que indica ou que grande parte das habilidades específicas da força de trabalho está sendo perdida devido à alta taxa de rotatividade ou

---

que a força de trabalho simplesmente não tende a desenvolver habilidades específicas. Em suma, a grande flexibilidade do mercado de trabalho brasileiro pode estar simplesmente revelando um excessivo grau de mobilidade. De fato, é possível que, devido a intervenções governamentais ou à falta de intervenções governamentais, o custo da mobilidade percebido por trabalhadores e firmas possa estar artificialmente abaixo do verdadeiro custo social, levando à rotatividade em excesso e à falta de incentivos para investimentos em treinamento específico. Como conseqüências temos a baixa produtividade da força de trabalho e a baixa qualidade dos postos de trabalho gerados.

---

## BIBLIOGRAFIA

- BIVAR, W. S. B. *Aspectos estruturais do desemprego no Brasil: composição por sexo e duração*. Rio de Janeiro, Série Prêmio BNDES de Economia, 1993.
- CACCIAMALI, M. C. A proporção da força de trabalho urbano com contrato formal de trabalho. *Estudos Econômicos*, v. 22, p. 133-150, 1992.
- LAM, D., LEVISON, D. Declining inequality in schooling in Brazil and its effects on inequality in earnings. *Journal of Development Economics*, v. 37, p. 199-225, 1992.
- LANGONI, C. G. *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1973.
- PSACHAROPOULOS, G. Returns to education: a further international update and implication. *The Journal of Human Resources*, v. 20, nº 14, 1985.
- REIS, J. G. A., BARROS, R. P. de. Wage inequality and the distribution of education: a study of the evolution of regional differences in inequality in metropolitan Brazil. *Journal of Development Economics*, v. 36, nº 1, p. 117-143, July 1991.